

Preço das casas para arrendar teve a maior queda nos Açores no segundo trimestre

Os preços das casas para arrendar em Portugal subiram 2,6% no segundo trimestre deste ano para 11,3 euros por m², segundo o portal “Idealista”.

Os preços subiram em todas as regiões do país durante o segundo trimestre, à excepção da Região Autónoma dos Açores (-6,4%) e o norte (-1,4%).

Por distrito, os preços registaram as maiores subidas em Faro (14,1%), Santarém (10,3%) e Leiria (9,8%). Já a Madeira registou uma subida de 10,1%.

Com subidas menores, encontram-se os distritos de Lisboa (3,8%), Setúbal (3,2%), Castelo Branco (2,9%), Aveiro (2,1%) e Viseu (2%).

Em sentido contrário, os preços das casas para arrendar desceram em Vila Real (-7,1%), Coimbra (-6,4%) e Viana do Castelo (-1,2%).

Por capital de distrito, Leiria registou a maior subida com 10,9%. Seguem-se Viseu (7,6%), Funchal (7%), Aveiro (6,1%), Lisboa (4,8%), Santarém (4,7%), Porto (4,1%), Braga (3%), Faro (2,9%) e Setúbal (0,7%). Em sentido contrário, os preços desceram em Coimbra (7,7%) e Viana do Castelo (-0,7%).

Sem surpresas, Lisboa continua a



Uma queda de -6,4% no segundo trimestre coloca os Açores e o norte do país nas regiões com as maiores diminuições

ser a cidade mais cara: 14,5 euros/m². Seguem-se o Porto (11,4 euros/m²), Funchal (10,4 euros/m²), Faro (9,1 euros/m²), Setúbal (8,6 euros/m²), Aveiro (8,4 euros/m²) e Coimbra (7,3

euros/m²).

As cidades mais económicas do país são Viseu (5,6 euros/m²), Santarém (5,8 euros/m²), Viana do Castelo (6,1 euros/m²), Leiria (6,6 euros/m²) e Braga (6,7

euros/m²). Algarve lidera as subidas com 14,1%, seguido da RA da Madeira com 10,1%, o Alentejo com 8,9%, a área metropolitana de Lisboa com 3,4% e o centro com 1,1%.

PS e PSD trocam “galhardetes” sobre o fecho das ruas ao trânsito em P. Delgada

A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Ponta Delgada considera que os deputados municipais do PS “prosseguem em ziguezague, mostrando total falta de estratégia política para o desenvolvimento da cidade, do concelho, e especialmente do seu centro histórico”.

Os social-democratas rejeitaram uma petição apresentada para reabrir o centro histórico ao trânsito automóvel, numa votação que dizem ter sido “um resultado histórico, que vai contribuir para o desenvolvimento social e económico de Ponta Delgada”.

“Ao invés disso, os deputados municipais do PS prosseguem no seu ziguezague, sem apresentar um parecer ou proposta para melhorar o centro histórico de Ponta Delgada, preferindo continuar com estudos e debates para adiar a tomada de uma decisão”, adiantam.

E recordam que, na Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2021, o socialista José San Bento “reconheceu o mérito das alterações introduzidas pelo executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, dizendo que não era contra a medida, pois o PS tinha uma posição com muitas décadas favorável à devolução de ruas à circulação pedonal e restrição da circulação viária”.

“Seis meses depois, José San Bento inverteu a sua posição sobre o encerramento do trânsito no centro histórico, avançando que a decisão do fecho de ruas deve ser revogada e que o processo

devia ser reiniciado. Foi a 30 de junho de 2022”, lembram.

Dizem ainda que a decisão de encerrar o centro histórico ao trânsito “foi efetuada com base no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, no estudo sobre o Tráfego no Centro Histórico e Estratégia de Desenvolvimento de Turismo”.

Os social-democratas também lembram que foi o Partido Socialista, “a retirar, ao longo dos últimos anos, diversos serviços públicos do centro da cidade, com especial destaque para o Centro de Saúde e a sede da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, com efeitos devastadores para os comerciantes do Centro Histórico”.

“Foi igualmente o Partido Socialista que decidiu construir um edifício de apoio e acolhimento aos sem-abrigo, no valor de 4 milhões de euros, sem recolher a opinião dos moradores e comerciantes das áreas envolventes, criando novos problemas aos residentes nas freguesias de Santa Clara e São José”, acrescentam.

“O PS fazia, em 2013, uma campanha para fechar a Rua dos Mercadores, indicando que o modelo híbrido prejudicava a segurança. E agora votou a favor da petição para reabrir o trânsito no centro histórico”, sublinha o PSD.

“A posição assumida pelo Partido Socialista é demonstrativa da falta de coragem, falta de estratégia e falta de liderança política, já que a votação da referida petição teve um voto contra de

um deputado do Partido Socialista, enquanto quatro presidentes de juntas de freguesia do PS se abstiveram de votar a mesma, que inicialmente tinha cerca de 1200 assinaturas, das quais apenas 116 foram validadas”, concluem.

PS acusa Presidente de arrogância

No debate sobre a petição na Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PS tinha considerado que “esta petição, ao contrário do que é comum, não visa alertar o poder político municipal para algum assunto esquecido ou com concretização atrasada. Esta petição tem uma natureza diferente. Resulta da quebra da palavra dada pelo Presidente da Câmara e da sua arrogância política e manifesta incapacidade de promover um diálogo profícuo com um conjunto alargado de municípios e de interesses legítimos”.

O PS salientou “a quebra da palavra dada pelo Presidente da Câmara, que assegurou várias vezes que o fecho de ruas era uma solução transitória que vigoraria apenas durante o período de Natal e de passagem de ano” defendendo que “a decisão de fecho de ruas ao trânsito no centro da cidade devia ser revogada e esse processo deve ser reiniciado promovendo um profundo diálogo com todas as partes interessadas com vista a obter um amplo consenso”. O PS defendeu “um novo começo para um processo que foi

decidido nas costas dos munícipes e que se revelou polémico e conflituoso”.

O PS considerou ainda que “em vez de seguir uma postura de diálogo, de conciliação de interesses e de promoção de consensos, o Presidente da Câmara preferiu impor a sua vontade contra tudo e contra todos em nome de um progresso iluminado, imposto à força perante a suposta incompreensão coletiva”.

O PS lembrou também que “este não é um caso único. Aconteceu o mesmo na polémica com os moradores da antiga rua do Valverde e repetiu-se na requalificação de arruamentos do Bairro do Calço da Furna”, adiantando que “esta é uma tendência preocupante que merece o repúdio do PS e a nossa total oposição”.

O PS terminou a discussão da Petição fazendo um apelo ao Presidente da Câmara para “reconsiderar a sua postura e alterar a sua decisão intransigente e arrogante”.

O PS considerou a votação da Petição como “um momento que definirá se contaremos com um Presidente de Câmara conciliador e dialogante, ou se, pelo contrário, estaremos perante um presidente arrogante e prepotente que procura impor a sua vontade e a sua maioria sem apelo nem agravo”. O PS considerou que a votação em causa era “a última oportunidade do Presidente da Câmara provar que é o político que nunca foi até hoje”. Foi chumbada por 56% dos votos expressos.